

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - ANPEPP

Ata da reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia — ANPEPP 6 JAN, 2000
—, realizada no Rio de Janeiro nos dias 28 e 29 de agosto de 1998. Às 14:00h do dia 28 de agosto de 1998 no Auditório do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Deliberativo ANPEPP, estando presentes A.Wagner (PUC RS), A.Branco (UnB), A.Roazzi (UFPE), C.MARTINS (UFMG), D. de Souza (UFSCar), E.Custódio (UMESP), E.Marturano (USP-RP), E.Carneiro (UGF), E.Silvares (USP), F.Albuquerque (UFPB), F. Seminério (UFRJ), H.Günther (UnB), J.Rochael Nasciutti (UFRJ), J.Bueno (USP-RP), J.Alves (UFPA), L.Simão (USP), L.Castro (UFRJ), M.Tavares (UnB), M.C.Guedes (PUC-SP), M.C. Andrade Silva (UGF), M. Yamamoto (UFRN), M.Fernandes (USP), M.R.Maluf (PUC-SP), M.Amatuzzi (PUCCAMP), S.A.Carlos (UFRGS), S.Koller (UFRGS), S.Jobim (PUC-Rio), S.Wechsler (PUCCAMP), R.Cunha (UnB), R.Arendt (UERJ), W.Bevidas (UFRJ), Z.Biasoli Alves (USP-RP), T.Féres-Carneiro (Presidente), C.Hutz (Vice-presidente), A. Lo Bianco (Secretária), M.L.Tiellet (Tesoureira). 1) Foi lida a Ata da Reunião do CD de 18 de maio de 1998. M.C.Guedes observou que não estava representando seu Programa apesar de seu nome constar dos presentes à referida Reunião. M.Jurberg disse que estava presente, representando seu Programa, apesar de seu nome não constar na Ata. Feitas estas ressalvas, a referida Ata foi aprovada por unanimidade. 2) Foi dada posse aos seguintes membros do Conselho Deliberativo: A.Wagner, A.Branco, A.Roazzi, E. Marturano, H. Günther, L.Rabello de Castro, M.C.Andrade Silva, M.E. Yamamoto, M.F. Quintal de Freitas, R.Arendt, T.Galli, W.Codo, Z.M. Biasoli Alves. 3) A seguir foi aberta discussão sobre os sócios individuais. T.F.Carneiro fez um breve histórico acerca da presença dos sócios individuais na ANPEPP e ressaltou que eles atualmente são apenas 7, todos eles alunos de pós-graduação. Apontou, também, para o fato de até hoje nenhum professor de pós-graduação haver se inscrito na Associação. F.L.Seminério apresentou a proposta de supressão dos itens dos Estatutos que dizem respeito à categoria de sócios-individuais. L.Rabello cita o caso de seu Grupo de Trabalho na ANPEPP, cujos membros não pertencem à ANPEPP, ou por serem de outras áreas de conhecimento ou por não estarem vinculados a Programa de Pós-graduação em Psicologia, mas, ainda assim, são pesquisadores cuja contribuição à área do GT é muito relevante. T.Féres Carneiro esclarece que são dois tipos de participação diferentes: os pesquisadores reconhecidos numa determinada área sempre foram acolhidos nos GTs, sem que isto implicasse em se fazer representar ou participar do Conselho Deliberativo da ANPEPP. Este segundo tipo de participação acarreta uma série de outras circunstâncias, com consequências importantes em termos do funcionamento e da gestão institucional, das decisões acerca do destino da Associação, dos seus rumos políticos e das questões que concernem a pesquisa e a pós-graduação em Psicologia, questões estas que não dizem respeito, por exemplo, aos pesquisadores de outras áreas. C.Hutz acrescenta, neste ponto, que, por sua vez, o funcionamento dos GTs tem que manter um certo número de critérios para melhor organização e funcionamento dos mesmos. E, reafirma o que havia sido dito por T.Féres Carneiro, que estes critérios não excluem professores e pesquisadores. Fala, no entanto, que tais critérios têm que ser constantemente revistos de acordo com as circunstâncias e que estas serão determinadas pelo próprio CD na reunião preparatória que ocorre antes de cada Simpósio. M. Tavares diz que, de acordo com sua observação, a Associação não se dirige a indivíduos, disso decorre que nenhum membro do CD vota como indivíduo, mas como representante de seu Programa, concluindo que não é da estrutura da Associação a presença de indivíduos ou de membros individuais. T.Féres Carneiro justificou a ausência de M.V.Silva, representantes dos sócios individuais, e leu a proposta por ele enviada na qual a ANPEPP teria um funcionamento semelhante ao da ANPED e da ANPOCS. E.Silvares diz ser interessante a colocação de M.V.Silva na medida em que facilita o intercâmbio com outros grupos de pesquisa. A. Branco lembra que a proposta de M.V.Silva considera que só quem é membro pode fazer parte do GT e, no entanto, como já foi mencionado, são âmbitos diferentes do funcionamento da Associação. Acrescentou, ainda, que os sócios individuais não têm um fórum de discussão próprio, o que prejudica a sua representatividade junto ao CD. L. Rabello acha que não aceitar sócios individuais restringe o âmbito de atuação da ANPEPP. Acredita que estes poderiam receber, por parte da ANPEPP, uma série de informativos (como *newsletters*, por exemplo) que seriam interessantes, tanto para pesquisadores de várias áreas, como para alunos de pós-graduação. M.R.Maluf diz sempre ter sido a favor dos sócios individuais porque seria importante para a ANPEPP ampliar seu âmbito de atuação, mas depois da presente discussão está concluindo que a ANPEPP não tem estrutura para acolher, em seu âmbito, sócios individuais. T.Féres Carneiro colocou em votação a proposta, anteriormente apresentada, de supressão dos itens dos Estatutos que dizem respeito à

categoria de sócios individuais. A proposta foi aprovada por 26 (vinte seis) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 2 (duas) abstenções. M. Tavares sugere que se escreva uma carta aos sócios individuais comunicando a decisão aprovada pelo CD, explicando de que modo podem participar da ANPEPP. 4) Em seguida, os membros da Diretoria fizeram um relatório das atividades realizadas nos biênios 1996/1998 e a Tesoureira apresentou a prestação de contas referente à sua gestão. 5) J.L. Bueno fez uma exposição detalhada sobre as questões que envolvem a política de publicação na área. Mostrou que há, por um lado, a exigência e a pressão do sistema de avaliação da CAPES e, por outro, a inexistência de um sistema de incentivos, como em outras áreas, para publicação, inclusive, de *journals* brasileiros, editados em inglês, que ajudariam a divulgar artigos que, por conta da política editorial das revistas estrangeiras, não teriam chance de serem publicados. Quanto à avaliação de periódicos da CAPES, dadas as dificuldades que surgiram, as quais já foram expostas desde o Simpósio de Gramado, houve um certo consenso de não se utilizar esta primeira classificação e tentar refazê-la posteriormente. Além disso, J.L. Bueno trouxe um pequeno histórico dos esforços já feitos por uma Comissão da própria ANPEPP, que gerou um documento em 1992, com sugestões e recomendações para uma política de publicações em Psicologia. Ressaltou que os itens levantados pela referida Comissão são ainda atuais e propôs que as sugestões ali feitas fossem implementadas por uma Comissão Editorial da ANPEPP, que garantiria o apoio às várias iniciativas e projetos desenvolvidos. A necessidade de apoio da ANPEPP foi também apontada por S. Koller, que mostrou a enorme dificuldade encontrada para financiamento da revista que edita, a qual requer um sacrifício pessoal do pesquisador, sequer reconhecido pelas agências, como o CNPq, por exemplo. Votou-se, então a proposta de criação de uma Comissão Editorial da ANPEPP, aprovada por unanimidade. Em seguida M.L. Seidl propôs que a Comissão Editorial fosse composta por 3 membros da atual Comissão de Avaliação da CAPES e 3 membros, indicados pela ANPEPP, que tenham experiência editorial mais voltada para periódicos. A proposta foi aprovada por unanimidade. C. Hutz sugeriu, ainda, que os nomes fossem indicados pelos Programas dentro de 3 semanas. Houve ainda a proposta de H. Günther que uma das tarefas da Comissão Editorial da ANPEPP seja a tradução do Manual de Publicações da APA e a outra seja a discussão e o encaminhamento da criação de um consórcio de revistas. As propostas foram aprovadas por unanimidade. 6) C. Hutz informou que apesar da expectativa em contrário, a ANPEPP não está tendo verba disponível para a publicação dos trabalhos gerados pelos GTs do VII Simpósio, realizado em Gramado. Foi feita a proposta de que a ANPEPP informasse a situação aos pesquisadores e coordenadores de GTs, que irão, então, decidir se retiram seus trabalhos para publicação em outros veículos ou se os mantêm para que a ANPEPP, depois de avaliação por pares, os disponibilize através da INTERNET e em CD. A proposta foi aprovada por unanimidade. 7) C. Hutz deu conhecimento da questão surgida a partir de declarações do Presidente do CNPq, Prof. Tundisi, à *Folha de S. Paulo*, que claramente demonstram um preconceito para com a área da Psicologia. Falou sobre a pronta mobilização, quase maciça, dos pesquisadores em relação às referidas declarações e sobre a carta enviada ao Ministro da Ciência e Tecnologia e ao próprio Presidente do CNPq, pelas entidades da área. Leu ainda a carta-resposta do Prof. Tundisi, na qual este tenta justificar as considerações feitas no periódico. 8) D. de Souza deu algumas informações sobre o processo de avaliação das solicitações de Bolsas de Produtividade em Pesquisa realizado pelo CNPq, esclarecendo que o CNPq fornece uma descrição global, com critérios gerais para avaliação que foram transformados em indicadores pelo Comitê Assessor de Psicologia. O CA definiu que o critério mínimo para que um pesquisador seja mantido no Sistema é que tenha, nos dois últimos anos em que lhe foi concedida a bolsa, pelo menos 1 artigo por ano em periódico. Este deve atender às exigências de qualidade, usando avaliação de pares, ter distribuição nacional, periodicidade regular etc. Frisou, ainda, que a questão da produtividade do pesquisador é fundamental já que se trata exatamente de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Ressaltou também a questão da regularidade da produção a partir do doutorado ou dos 5 últimos anos. Ainda, tem-se colocado aos novos pesquisadores a exigência de que tenham produção regular e constante a partir do final do doutorado. 9) Em seguida, foram aprovadas por unanimidade duas moções: a primeira dirigida à CAPES, no sentido de disponibilizar a tempo os dados sobre a Avaliação dos Programas de Pós-graduação (garantida sua inviolabilidade, ou seja, a interferência de terceiros nos referidos dados), tendo em vista a transparência do processo de Avaliação; a segunda dirigida ao CNPq, no sentido de disponibilizar os dados que permitam que se mantenha a transparência dos critérios de avaliação e distribuição de bolsas e classificação de pesquisadores. 10) D. de Souza propôs ainda que se fizesse um pedido por escrito ao CNPq, no sentido de que se aumente o número de Bolsas de Apoio Técnico na área de Psicologia. A proposta foi aprovada por unanimidade. Fez ainda a proposta de que a ANPEPP se juntasse a outras entidades par

J
T. & C.
M

2

S. Paulo

7

Requê de Cor
Danilo Guimarães
Renato Lopes Z
João Simões Per
Ricardo Russo de
POR AUTENTIC

